

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná  
Cep: 85.795-000

95.594.776/0001-93

fone(0xx45)288-1144

LEI N.º 158/2001

DATA: 05/07/2001

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

## LEI:

Art. 1º- Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de Santa Lúcia, relativo ao Exercício Financeiro de 2002.

Art. 2º- A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º- Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º- As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º- A reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná  
Cep: 85.795-000

95.594.776/0001-93

fone(0xx45)288-1144

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º - A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos.

Art. 8º - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites,

I - as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II - as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - as com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 ou da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25;

VI - as despesas com serviços de terceiros no exercício de 2002 não poderão exceder, em percentual, em relação às receitas correntes líquidas, ao percentual efetivamente aplicado em idêntica relação, no exercício de 1999.

Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná

95.594.776/0001-93

Cep: 85.795-000

fone(0xx45)288-1144

Art. 10º - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.

§1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento.

§2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2001, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As despesas com ações de expansão corresponderão às prioridades específicas indicadas no Anexo I, integrante desta Lei e à disponibilidade de recursos, as quais encontram-se ordenadas por órgãos de governo.

Art. 12 - Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas será efetuada por órgão e unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná

95.594.776/0001-93

Cep: 85.795-000

fone(0xx45)288-1144

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;

Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 - A existência da meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social; ou

II - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2002 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social;

II - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III - consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV - Associações Comunitárias de Moradores e Conselhos de Desenvolvimento Rural, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitário..



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná

95.594.776/0001-93

Cep: 85.795-000

fone(0xx45)288-1144

Art. 19 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a ser aplicados, e no caso de recursos próprios do Município, será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

Parágrafo Único – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda familiar, não ultrapasse 02 (dois) salários mínimos.

Art 20 – A proposta orçamentaria do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2002 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município ate a data de 31 de agosto de 2001.

§ 1º - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

§ 2º - Até o dia 10 do mês subsequente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a contabilidade geral do Município, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analíticos das despesas realizadas.

Art. 21 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2002 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 01 de outubro de 2001.

Art 22. - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2002 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2001 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 23 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 24 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná

95.594.776/0001-93

Cep: 85.795-000

fone(0xx45)288-1144

financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 25 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - a obrigações constitucionais e legais do Município;

II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art 26.- Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município.

Art. 27 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2002, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 28 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná  
Cep: 85.795-000

95.594.776/0001-93

fone(0xx45)288-1144

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.

Art 29 -. A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 30 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art 31 . Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico – CUB, por m<sup>2</sup>, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

Art 32. – Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I – as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II – entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná

95.594.776/0001-93

Cep: 85.795-000

fone(0xx45)288-1144

Art 33. – Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I – considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II – no caso despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art 34. – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art 35.- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos da Constituição Federal, a incluir na Lei Orçamentária autorização para:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;

III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (Dez por cento) do total geral de cada orçamento, nos termos da legislação vigente;

IV transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 36 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concercente a segurança pública, transito, incentivo ao emprego, previdencia e assistencia social mediante prévio firmamento de convênio.

Art. 37 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitadas os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná

95.594.776/0001-93

Cep: 85.795-000

fone(0xx45)288-1144

Art. 38 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.

Art 39 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2002, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 40 – O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 41 - O Anexo I desta Lei, será parte integrante do Plano Plurianual a ser elaborado no presente exercício.

Art.42 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA, EM 05 DE JULHO DE 2.001.



**Aldino Dalben**

Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná

95.594.776/0001-93

Cep: 85.795-000

fone(0xx45)288-1144

---

LEI Nº 158/2001  
DATA 05/07/2.001.

## ANEXO I

### METAS PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

EXERCÍCIO 2002.

#### LEGISLATIVO

- Aquisição de Moveis e equipamentos
- Manutenção do Processo Legislativo
- Treinamento de pessoal
- Contratação de pessoal
- Aquisição de Veículos

#### ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

- Aquisição de moveis e equipamentos para atender necessidades do setor
- Treiramento de recursos humanos
- Continuidade da estruturação administrativa
- Elaboração de propostas relativas a legislação básica
- Dotar o Mujnicípio da necessária infra-estrutura no que se refere ao atendimento da população no aspecto de documentação como carteira de Identidade, documentação militar, de trânsito, carteira de trabalho, etc..
- Manutenção e continuidade dos programas já existentes
- Conclusão e manutenção de prédios públicos
- Aquisição de veículos

#### AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

- Manutenção do suporte as atividades da EMATER-PR
  - Ampliação e manutenção do viveiro de mudas
- [Handwritten signature]*

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná  
Cep: 85.795-000

95.594.776/0001-93

fone(0xx45)288-1144

- Criação e manutenção de programas de incentivo a produtividade agrícola
- Criação e manutenção de programas de incremento a pecuária
- Manutenção dos atuais programas
- Aquisição de maquinas e equipamentos para a patrulha agrícola
- Aquisição de movies e equipamentos diversos
- Construção de abastecedouro comunitário para veneno
- Desenvolvimento de programas de conservação de solo com subsídio de 50% (cinquenta por cento) no valor das horas máquinas
- Criação e manutenção de programas de piscicultura com hora máquina subsidiada em 50% (cinquenta por cento)
- Construção de poços artesianos nas comunidades rurais
- Subsídio na terraplanagem para construção de aviários
- Aquisição de imóveis
- Construção do centro de produção
- Apoio a implantação de agroindústria
- Aquisição de veículo
- Implantação de vilas rurais
- Incentivo a melhoria da bacia leiteira

## COMUNICAÇÃO

- Instalar e manter Postos de Serviços telefônicos em comunidades ainda não dotadas pelo serviço
- Buscar a ampliação do sistema telefônico na sede municipal e nos distritos
- Incentivo a implantação de emissora de rádio comunitária

## DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

- Melhoria, ampliação e desenvolvimento das atividades atuais
- Aparelhamento do pessoal e melhoria dos equipamentos em convênio com o Estado
- Buscar a ampliação do contingente de pessoal (soldados)
- Assinatura de convênios com o Estado para execução das novas Leis de Trânsito

## EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

- Manutenção, ampliação e melhoria na rede de ensino de primeiro grau no Município
- Manutenção, ampliação e melhoria no ensino pré-escolar e educação especial
- Manutenção e melhoria no transporte escolar
- Instalação e equipamento de biblioteca nas escolas
- Incentivo as atividades culturais
- Prosseguir o programa de merenda escolar
- Incentivar a pratica do desporto amador e estudantil
- Apoio ao estudante carente
- Apoio aos programas de alfabetização de adultos e ao ensino supletivo



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná  
Cep: 85.795-000

95.594.776/0001-93

fone(0xx45)288-1144

---

- Incentivo a estudantes do curso superior com(passagens, transporte, mensalidades, etc)
- Construção e manutenção de quadras poli-esportivas nas escolas
- Aquisição de veículos
- Aquisição de imóveis
- Construção de prédio para biblioteca pública municipal
- Estádio Municipal
- Auxílio com passagens ou transporte a estudantes carentes

## ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

- Ampliação do sistema de eletrificação rural
- Ampliação e melhoria no sistema de iluminação pública


## HABITAÇÃO E URBANISMO

- Construção de núcleos de habitação popular
- Ampliação e melhoria no sistema de iluminação pública
- Obras de controle a erosão urbana
- Pavimentação e urbanização de vias urbanas
- Construção de praças
- Manutenção do plano diretor de desenvolvimento
- Ampliação e modificação do quadro urbano da sede municipal
- Manutenção dos serviços de limpeza pública e coleta de lixo, iluminação pública, cemitério e outros serviços de utilidade pública
- Construção e recuperação de passeios e meio fio
- Aquisição e desapropriação de imóveis

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- Proporcionar incentivo a instalação de atividades industriais visando melhorar a oferta de empregos e geração de renda
- Incentivar a instalação de agroindústria
- Aquisição de imóveis
- Construção de imóveis

## SAÚDE E SANEAMENTO

- Contratação de profissionais da área de saúde para atendimento nos postos de saúde
  - Manutenção e melhoria nos sistemas de abastecimento de água
  - Aquisição de ambulância e equipamentos para o setor de saúde
  - Manutenção e ampliação do atendimento a saúde pública
  - Expansão e melhoria na rede de mini-postos de saúde
  - Participação e suporte nas campanhas de vacinação
  - Melhoria nas condições de saneamento básico a população
- 

# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

Estado do Paraná  
Cep: 85.795-000

95.594.776/0001-93

fone(0xx45)288-1144

- Integração do município ao Sistema Unico de Saúde – SUS
- Construção de galerias pluviais paralelamente aos projetos de pavimentação de vias urbanas
- Ampliação e melhoria na rede física dos postos de saúde
- Implantação de rede de esgoto
- Auxílio a pessoas carentes com doação de medicamentos nos postos de saúde
- Auxílio a pessoas carentes custeando exames laboratoriais
- Auxílio com passagens para tratamento de saúde
- Manutenção da farmácia básica nos postos de saúde

## ASSISTENCIA E PREVIDÊNCIA

- Assistência social a pessoas carentes, maternidade, velhice e principalmente ao menor adolescente
- Incentivo a criação de associações comunitárias
- Instalação de centros sociais
- Cumprimento das obrigações previdenciárias
- Programa de atendimento ao menor
- Aquisição de veículos
- Manutenção dos direitos adquiridos pelos servidores, do sistema de Previdência próprio, já extinto
- Auxilio funeral a pessoas carentes e indigentes

## TRANSPORTE

- Aquisição de veículos e equipamentos rodoviários visando a ampliação do parque de máquinas do Município
- Restauração, cascalhamento e calçamento de estradas integrantes da rede municipal com recursos próprios ou através de convênio com o Estado do Paraná ou a União
- Construção de pontes, pontilhões e boeiros, em estradas vicinais
- Manutenção da rede viária em condições ideais para escoamento de safras agrícolas
- Ampliação das instalações do parque de máquinas e oficina
- Manutenção e recuperação de máquinas e equipamentos rodoviários.

SANTA LÚCIA, ESTADO DO PARANÁ, 05 DE JULHO DE 2001.



**Aldino Dalben**

Prefeito Municipal